

O trampolim institucional: o uso das instituições como meio de ascensão de agentes políticos.

Bruno Alexandre Cadete da Silva¹¹

Resumo: O presente artigo versa sobre o uso das instituições como poderosos meios de ascensão política por parte de agentes isolados ou de grupos de interesses através do uso dos partidos políticos brasileiros. Neste sentido, faremos uma pesquisa teórica com base nos conceitos de teoria política, neo-institucionalismo e neo-elitismo, principalmente a partir da análise de atores sociais inseridos em algum tipo de instituição que são recrutados para servirem como uma espécie de ponte entre os partidos políticos e a sociedade eleitoreira.

Palavras-Chave: Teoria Política; Neo-Institucionalismo; Neo-Elitismo; Partidos; Agentes.

Abstract: This article deals with the use of institutions as powerful means of political ascension by granted agents or interest groups through the use of Brazilian political parties. In this sense, we will do a theoretical research based on the concepts of political theory, neo-institutionalism and neo-elitism, mainly from the analysis of social actors inserted in some type of institution that are recruited to serve as a kind of bridge between the parties, politicians and the electoral society

Keywords: Political Theory; Neo-Institutionalism; Neo-elitism; Parties; Agents.

Introdução

Um ponto em comum dentre todos os indivíduos que caminharam sobre a terra é o de que estes são dotados de paixões. A natureza humana é objeto de pesquisa das mais diferentes áreas, sendo a filosofia, notadamente, uma das mais interessadas. Com isso, a filosofia tem através de uma de suas vertentes – a ontologia –, uma incessante busca para conseguir, enfim, compreender a essência da natureza humana.

As paixões como uma substância intrínseca à natureza humana sendo, como dito anteriormente, a fonte de uma série de debates por parte dos seus pesquisadores que resulta em diferentes considerações sobre o mesmo tema. No entanto, apesar do domínio da “ciência do ser” sobre esse quesito: a natureza humana, outra linha de pesquisa da filosofia também possui, por diferentes razões, o desejo evidente em esmiuçar essa substância,

11 Doutorando em Filosofia (UERJ) e doutorando em Ciência Política (UFF).

como é o caso da filosofia política.

Para a filosofia política, leia-se também, teoria política, a necessidade de observar a natureza humana se dá justamente por esta ser imprescindível para determinar como a relação entre o gênero humano e a sociedade é desenvolvida. No caso, essa análise sobre a condição humana se detém a apenas a sua superfície, abordando como se dispõe o interesse dos indivíduos no meio social.

Partindo da premissa de que a natureza humana é mutável, logo, imprevisível, se faz necessário a criação de mecanismos de controle que garantam, na maior parte do tempo, uma determinada previsibilidade. Com isso, nascem as instituições como estruturas de poder que tem como quintessência a capacidade de domínio sobre o devir humano.

O surgimento das instituições serve como uma espécie de marco referencial, onde se é demarcado a linearidade de uma série de eventos históricos, dividindo períodos e contribuindo para a construção de novos conceitos, costumes, instrumentos de dominação, entre outros.

As instituições são criações da humanidade, ou seja, posteriores as relações sociais, mas, com o passar dos anos, as instituições, principalmente as mais consolidadas, perduram no tempo, enquanto os indivíduos seguem finitos. Dito isto, as gerações seguintes surgem dentro de um sistema onde as instituições já estabeleceram a sua atuação.

Para a nossa pesquisa, pretendemos apresentar uma modesta contribuição sobre o uso das instituições como instrumentos de ascensão social e política. Para isso, dividiremos o artigo em três partes, apresentando, inicialmente, como ocorre a formação das instituições, como também, a sua transição para o neo-institucionalismo, como também, o uso de concepções pertencentes ao neo-elitismo para, por fim, demonstrar a nossa hipótese através do uso das instituições como uma espécie de trampolim que permite a determinados atores sociais, partidos políticos e grupos de interesse alçarem, cada vez mais, voos mais altos, principalmente no Brasil contemporâneo.

1 – As instituições como estruturas de poder: origem, configuração e uso.

A relação entre paixões e a vida em sociedade é estreita. Com isso, devido ao fato de que todos os indivíduos são, como vimos anteriormente, dotados de paixões, sendo estes de qualquer classe social ou categoria possível, os seus desejos influenciam diretamente no meio em que vivem. Dito isto, as suas ações quando não são coordenadas tornam-se repletas de querelas, impossibilitando qualquer tipo de avanço social.

Desse modo, é fundamental o controle dessas paixões para que ocorra alguma garantia da sobrevivência dos indivíduos. Para isso, há a necessidade de algum tipo de autoridade que esteja acima dos desejos individuais, seja este o pacto hobbesiano, o

contrato social de Rousseau ou qualquer outro artifício reconhecido na história das ideias políticas.

Nas antigas monarquias cabia ao príncipe o papel de agente regulador desses humores, devendo este regente moderar o ímpeto da sua população. Mas, o que acontece quando o príncipe que, apesar da sua posição, é um ator social dotado de paixões como qualquer outro indivíduo não tem as habilidades necessárias para exercer o seu domínio ou tem uma conduta questionável? Torna-se então a fonte de uma série de infortúnios contra si mesmo e os seus súditos.

Neste caso, é através da instauração das leis que as paixões podem ser ordenadas, estando todos os indivíduos, até mesmo o príncipe, sobre o mesmo jugo, havendo assim, a institucionalização do poder, o que permite uma determinada estabilidade. A partir disso, o Estado tem então a capacidade de fazer uso das paixões que podem ser consideradas como efetivas para a sociedade, contrapondo-as às paixões nocivas. Destarte, as paixões tidas como razoáveis passam a serem denominadas como interesses.

Com isso, o Estado tem a capacidade, assim como o gênero humano quando tenta dominar a natureza através da técnica, de direcionar as paixões para que se transformem em virtudes, condensando a vontade de muitos em uma só como uma espécie de órgão catalisador. Quando o interesse do Estado se sobressai as paixões individuais, é possível haver algum tipo de unidade.

A relação entre paixões e os desejos já estava presente na obra de Maquiavel no momento em que o autor florentino demonstrava a relação entre razão de Estado – *Ragione di Statu* – e a sua percepção de natureza humana em uma clara antropologia pessimista. O Estado tem então através da sua força, a garantia sobre a volubilidade das ações humanas.

O Estado é, por definição, a instituição moderna que tem maior força sobre os indivíduos, sendo através do rigor das leis ou do uso legítimo de violência. As instituições têm como principal instrumento a força das leis, sendo esta, a lei, o meio que coloca todos os indivíduos sobre, a priori, um mesmo crivo, não importando os seus recursos disponíveis (HUME, 2003, p. 8).

As leis são a estrutura medular dos governos tidos como democráticos. Com isso, a atuação das leis permite que haja, de fato, a sociedade civil, onde os princípios normativos criados através de regras socialmente aceitas garante a estabilidade sobre, como visto anteriormente, qualquer mudança repentina.

Segundo Hobbes, as leis são baseadas no evangelho: “faz aos outros o que queres que façam a ti” (HOBBS, 1974, p. 83), sendo assim secularizadas a partir de princípios religiosos. No entanto, seja qual for a inspiração, a origem das leis é plenamente humana, assim, cabe a determinados atores sociais, os legisladores, a importante tarefa de contribuir com a formação do Estado. Sobre isso, coloca Maquiavel.

Eu creio que a maior honra que os homens possam ter seja aquela voluntariamente lhes é dada por sua pátria e creio que o maior bem que se possa fazer e aquele que mais agrada a Deus seja aquele que se faz para sua pátria. Além disso, nenhum homem é tão louvado em alguma ação sua quanto aqueles que, com leis e instituições, reformam repúblicas e reinos. Estes são, depois daqueles que fundaram religiões, os primeiros louvados (MAQUIAVEL, 1994, p. 76).

Desse modo, os bons legisladores são indivíduos extremamente necessários em diversos momentos históricos. Ainda sobre isso, coloca Bignotto: “toda fundação, pelo menos em seu primeiro momento, é fruto do ato solidário de um legislador. (...) Uma vez que o novo poder tiver encontrado no seu lugar, serão as exigências da conservação que comandarão a produção de novas leis” (BIGNOTTO, 2011, p. 134).

Apesar da força das leis, ocorre a possibilidade, mesmo após a sua instauração e reconhecimento pela maioria da sociedade civil, de rompimento com esses preceitos por parte de alguns indivíduos ou grupos. Para Hume: “a ira popular é sempre temerária, qualquer que seja seu motivo; mas suas consequências são mais perniciosas quando ela surge de um princípio que despreza toda restrição da lei, da razão ou da autoridade humana” (HUME, 2003, p. 256).

Com isso, as leis trazem em seu âmago uma condição limite que é responsável pela sua manutenção: a força. Sobre isso, determina Hobbes que: “os pactos sem a espada são apenas palavras e não têm a força para defender ninguém” (HOBBS, 1974, p. 107). Desse modo, dispor da violência como técnica política é imprescindível para fazer valer tais leis

A relação entre leis e violência é indissociável. Retornando a Maquiavel vemos que para o autor florentino, na fundação de uma nova ordem: “era necessário que entre os primeiros reis de Roma houvesse um legislador, que fundasse as bases das instituições civis; mas era também necessário que os seus sucessores retomassem os traços de Rômulo, para que Roma não perdesse o vigor, tornando-se presa dos seus vizinhos” (MAQUIAVEL, 1994, p. 83).

Seguindo a linha maquiaveliana, a importância do fundador violento e a do legislador se alternam em determinados momentos, mas, diante disso, fica claro como a imanência da violência às leis é imprescindível tanto para a fundação de uma nova ordem, quanto para a sua conservação. Logo, as instituições, principalmente as que têm um domínio mais amplo e assegurado sobre os indivíduos, tem traços específicos que as separam de outras instituições como é o caso da violência legítima (WEBER, 1991, p. 525).

Por outro lado, além do domínio das instituições sobre as paixões humanas, podemos

observar essa relação através de um diferente prisma, como é o caso do comércio/mercado como condutor dessas vontades. Essa compreensão serve de prelúdio para o que pretendemos apresentar na terceira parte desse artigo.

Com isso, no momento em que retornamos ao período em que os príncipes mantinham o controle sobre os seus súditos é possível observar que, com o decorrer do tempo, acontecem algumas mudanças significativas em relação a esses domínios. Uma dessas razões é o fortalecimento do comércio que gradualmente começa a exercer a sua influência sobre a sociedade, alcançando um protagonismo político e econômico determinante. Essa transformação social surge marginalizada, sendo considerada uma atividade de pouco prestígio, mas que justamente por ser ignorada, cresce vertiginosamente até o período em que não pode mais ser suprimida.

A partir desse momento, a atuação do comércio se consolida de tal maneira que passa a ser uma reguladora de paixões. Diante disso, a atividade que antes era considerada como avarenta, ambiciosa, se transforma em uma paixão inofensiva até se elevar ao ponto de ser considerada uma virtude. O acúmulo de riquezas é agora um catalisador dos desejos humanos, sendo suavemente inserido com *douceur* no cotidiano da população, se colocando como uma fiel oposição à violência costumeira.

A força do comércio age como uma espécie de freio sobre os desejos individuais da população e, mais importante ainda, como um instrumento de equilíbrio em relação às ações dos antigos príncipes. Com o estabelecimento do capitalismo, o acúmulo de riquezas se transforma em uma atividade gloriosa, autorizando assim aos seus adeptos uma livre e despreocupada busca por seus interesses.

Toda essa movimentação demonstra que a ressignificação dos conceitos enfrenta, a princípio, uma batalha no campo da retórica. Essa mudança no entendimento sobre o conceito é basilar para que ocorra posteriormente toda uma construção sobre os seus efeitos.

Sobre isso, Hirschman faz uso da teoria de Adam Smith em *A Riqueza das Nações* para exemplificar que o direcionamento das paixões para a construção das riquezas individuais seria uma forma de contribuir diretamente para o fortalecimento do Estado. “Desse modo tudo estava bem: uma atividade como a aquisição de bens racionalmente conduzida podia ser categorizada, e implicitamente forte e capaz de triunfar sobre uma variedade de paixões turbulentas (ainda que fracas)” (HIRCHMAN, 1979, p. 56).

No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, a atuação do mercado persiste em cada vez mais assumir o papel do Estado na condução das vontades individuais através da sua “mão invisível”. Neste sentido, o comércio seria, como visto anteriormente, uma oposição à guerra de todos contra todos, transformando o pacto entre súditos e o monarca em uma relação cordial e equilibrada entre cidadãos. Ainda sobre isso, coloca Hirschman:

O subproduto da ação de indivíduos que agem previsivelmente de acordo com seus interesses econômicos não era, portanto, um equilíbrio difícil, mas uma forte teia de relações interdependentes. Desse modo esperava-se que a expansão do comércio interno criaria comunidades mais coesas enquanto o comércio exterior ajudaria a evitar as guerras entre elas (HIRCHMAN, 1979, p. 49).

Com esses avanços, o capitalismo cria uma nova classe, se inserindo cada vez mais no Estado para, enfim, se tornar a autoridade central, mudando as perspectivas do que é certo e errado, inaugurando assim, uma nova concepção de verdade compatível com seu *modus operandi*. A associação entre política e economia se desenvolve até se transformar em uma poderosa amálgama, onde a economia passa a direcionar a política.

Após essa breve introdução sobre a origem das instituições através da atuação desses entes sobre as paixões dos indivíduos iremos, na próxima parte, demonstrar como as instituições se transformam, mantendo o seu papel dominante e se consolidando cada vez mais na história até o ponto de ser um meio poderoso para determinados fins.

2 – Neo-institucionalismo e os grupos de poder

Na transição entre o institucionalismo clássico para o neo-institucionalismo é possível observar, de início, dois parâmetros: primeiro qual seria a definição das instituições e segundo, qual o papel das instituições dentro da construção política e social (THOMAS, 2004, p. 64). Ainda sobre isso, a compreensão de que as instituições servem como uma espécie de aresta em relação aos costumes dos indivíduos desenvolve por parte dos agentes dominantes um interesse no uso instrumental desses entes, visando determinados fins.

Neste sentido, existe uma gama de eventos que se perpetuam e se repetem, demonstrando determinados padrões na atuação dos indivíduos e as instituições têm um papel singular nessa compreensão, onde “as instituições podem fornecer informações concernentes ao comportamento dos outros, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defecção, etc.” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 197). Ainda sobre isso,

As instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198).

As instituições servem como um fio de prumo nas relações sociais, onde a sua estabilidade permite um cálculo político bem delimitado. Portanto, através da compreensão do institucionalismo histórico é possível compreender toda a dimensão e extensão proveniente das instituições, onde o seu uso possibilita uma maior envergadura na utilização de um poder já consolidado (HALL; TAYLOR, 2003, p. 199).

O uso das instituições como uma espécie de condutora de comportamentos reflete ainda mais a compreensão de que estas, as instituições, são, como visto anteriormente, um meio para determinados fins, revelando assim, que o seu uso refina o cálculo político dos agentes que as utilizam (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205). Com isso, para Hall e Taylor: “as instituições exercem influência sobre o comportamento não simplesmente ao especificarem o que se deve fazer, mas também o que se pode imaginar fazer num contexto dado” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Desse modo, para descortinar os signos se faz necessário que os indivíduos reconheçam, a princípio, que podem ter a sua percepção sobre si mesmos e os meio que vivem já inseridas dentro de um determinado escopo onde, desde esse momento, a influência das instituições já está sendo exercida (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Apesar de toda a capacidade de influência que as estruturas institucionais podem ter sobre os indivíduos, não é possível afirmar que o gênero humano seja plenamente dominado por esses entes, pois, enquanto os indivíduos conseguirem compreender, mesmo que minimamente, os seus próprios desejos, terão a sua parcela subjetiva. No entanto, mesmo com essa percepção, o gênero humano encontra-se inserido em um campo de ação que pode limitá-lo através de preceitos já estabelecidos como fatos sociais, diminuindo assim, o espaço para ações isoladas e determinados discernimentos (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210).

Segundo Hall e Taylor, o institucionalismo histórico é um importante modelo para compreender as relações de poder, principalmente, as relações assimétricas (HALL; TAYLOR, 2003, p. 199). Enquanto, “o institucionalismo da escolha racional, por seu lado, desenvolveu uma concepção mais precisa das relações entre as instituições e o comportamento, junto com um conjunto generalizável de conceitos que se prestam à elaboração de uma teoria sistemática” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 213).

Para a nossa proposta, a compreensão dos institucionalistas sociológicos se torna mais próxima porque compreendemos necessariamente que as instituições oferecem, principalmente, com o passar do tempo, um papel legitimador que garante determinada hegemonia (HALL; TAYLOR, 2003, p. 210). Sobre isso, coloca Hall e Taylor:

Os teóricos do institucionalismo sociológico não raro estão em melhor posição para esclarecer tais dimensões. Por um lado, suas teorias definem as vias pelas quais as instituições podem influenciar as preferências ou identidades subjacentes dos

atores, que os institucionalistas da escolha racional têm que aceitar como dadas. Por outro lado, eles nos ensinam que mesmo um ator fortemente utilitário pode escolher estratégias em repertórios dotados de uma especificidade cultural, e por essa via eles identificam novas possibilidades para a influência do ambiente institucional sobre as escolhas estratégicas dos atores. (HALL; TAYLOR, 2003, p. 214/215)

Os diferentes institucionalismos explicam diferentes variáveis. Desse modo, o institucionalismo da escolha racional, como visto anteriormente, melhor exemplifica as origens das instituições (HALL; TAYLOR, 2003, p. 215). As instituições são criadas de forma racional, com claros objetivos em sua confecção, logo, a sua capacidade instrumental persiste e permanece desde o seu início (HALL; TAYLOR, 2003, p. 215/216).

Por outro lado, as outras correntes do institucionalismo – histórico e sociológico – colocam que as instituições não são criações *ex nihilo*, sendo provenientes de outras estruturas de poder (HALL; TAYLOR, 2003, p. 217). Concordamos em relação a isso, mas, de todo modo, não é permissível ignorar que há uma determinada racionalidade nessa construção, pois a reestruturação das instituições serve claramente para determinados objetivos (HALL; TAYLOR, 2003, p. 218).

Por isso, precisamos retornar a compreensão da natureza humana onde “cada uma dessas escolas parece revelar aspectos importantes do comportamento humano e do impacto que as instituições podem ter sobre ele” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 220). Com isso, a influência sobre o comportamento humano é basilar para o poder político e, principalmente, como a condução das vontades atua diretamente em qualquer tipo de transformação necessária.

Ainda sobre isso, se faz necessário, de forma complementar, demonstrar quem são os indivíduos escolhidos para personificar o papel de agente político que faz uso de toda a estrutura promovida pelas instituições. Com isso, iremos através do conceito de neoe elitismo destrinchar essa relação.

Para Fukai e Fukui: “‘elite’ e ‘liderança’ são dois conceitos que nos ajudam a identificar e analisar aqueles que desempenham papéis centrais no processo de formulação de políticas de uma nação” (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 25). Ainda sobre isso, segundo Fukai e Fukui: “usamos ‘elite’ para nos referirmos a um grupo de indivíduos que detêm posições privilegiadas na sociedade ou organização e ‘liderança’ para nos referirmos ao exercício do poder, amplamente definido, para liderar outros na ação coletiva” (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 25).

As convocações elitistas seriam uma forma de buscar estabilidade no cenário político, inserindo através desses atores sociais – líderes nos mais diferentes aspectos –, mudanças rápidas em diferentes campos. Assim, essa prática atinge diferentes camadas, através de perfis variados de liderança, influenciando em futuras agendas políticas. (SELIGMAN,

1964, p. 612/613). Desse modo, o recrutamento é uma forma de dar início aos interesses de determinados grupos (SELIGMAN, 1964, p. 613).

Os recrutamentos dependem do contexto, onde fica em voga qual a relevância do ator político no momento de sua convocação. Portanto, os recrutamentos acompanham o devir histórico, onde os grupos dominantes para manterem a sua posição se associam aos novos protótipos de liderança, se antecipando e se adequando em relação às novas realidades (SELIGMAN, 1964, p. 614).

Os líderes carismáticos são naturalmente legitimados por sua força (SELIGMAN, 1964, p. 615). Esses atores sociais além de servirem como estandartes de movimentos políticos também são, até mesmo pela dimensão de suas características, responsáveis por recrutar novas lideranças (SELIGMAN, 1964, p. 616).

No caso, esses atores políticos possuem a capacidade de dominar diferentes valores, transitando entre diferentes setores e espectros (SELIGMAN, 1964, p. 616). Além de tudo, a escolha desses líderes vai desde, como dito anteriormente, a interpretação dos diferentes contextos, como também, de acordo com o contexto geográfico em que essas ações políticas são produzidas (SELIGMAN, 1964, p. 618).

Para isso, demonstraremos a dinâmica entre os grupos de interesse: partidos políticos, setores econômicos, religiosos e até mesmo do entretenimento com os personagens políticos sociais que podem ser encontrados nas mais diferentes fontes, mas que possuem em comum a capacidade de direcionar vontades de outros indivíduos através de uma poderosa áurea baseada na sua instituição de origem, seja esta pública ou privada.

3 – Os partidos políticos e o trampolim institucional

A terceira parte dessa pesquisa tem um tom mais ensaístico, que seria, por definição, ainda exploratório, até mesmo porque alguns dos exemplos são recentes e o desenvolvimento dos fatos ainda está por vir. No entanto, pretendemos, com base na nossa bibliografia, demonstrar como o uso das instituições revela um determinado trampolim para, por fim, através dos exemplos vigentes, justificar nossa compreensão desse segmento.

Desde o Renascimento, é possível observar através de personagens históricos/conceituais desse período, como agentes políticos ao fazerem uso da estrutura de uma instituição consolidada conseguem promover a si mesmo, como também, os membros da sua família/facção à um tipo de poder político. Ainda sobre isso, dentre os mais ardis nobres da Itália do século XV/XVI, uma família se destacava nessa prática: os Borgias.

A Itália renascentista era repleta das mais diferentes querelas, não sendo, de fato, um Estado consolidado – principalmente no sentido moderno –, mas sim, um mosaico de diferentes cidades e cidades-Estados (cidades maiores). Com isso, a necessidade de dominar uma cidade-Estado, leia-se principado (em um sentido mais restrito), era alvo

das mais poderosas facções da época tendo como uma das principais formas de atingir o êxito, inserir algum membro da família na mais poderosa instituição desse período e país: o papado.

Dentre os diversos personagens dessa época, os que conseguiram alcançar o ponto mais alto do papado: o *trono de Pedro*, o que teve mais destaque foi o espanhol Rodrigo Borgia, também conhecido como Papa Alexandre VI. Gozando do prestígio trazido por essa instituição, o Papa Alexandre VI fazia tanto uso dos exércitos papais, como também, do instrumento mais poderoso dessa época: o poder temporal.

Com isso, Alexandre VI buscou, acima de tudo e de todos, fortalecer a si mesmo e a sua família, mas acabou, por fim, fortalecendo a própria igreja (MAQUIAVEL, 2004, p. 55), que, por sua vez, adquiriu um poder secular que até então jamais tinha usufruído, demonstrando claramente um ganho recíproco de poder entre o agente político e a instituição.

Ainda de acordo com esse período, a luta dos grupos políticos, ou seja, das nobres famílias de nobres italianos para conseguirem conquistar o *Trono de Pedro* seria, como dito anteriormente, visando possuir algum principado poderoso que, na verdade, revelava mais do que a vitória de um único agente político, mas sim, a coroação da facção vencedora.

As facções eram grupos de interesses regidos por laços sanguíneos ou ideais. Com o tempo, a sua configuração, como também o objeto de disputa, mudam. Neste sentido, as facções evoluem de acordo com o meio, isto é, com as regras que permeiam os jogos de poder. No plano democrático, as facções devem atuar dentro de determinados parâmetros, originando-se assim os partidos políticos.

Sobre isso, ainda na esteira da teoria política, Hume coloca que: “as facções reais podem ser divididas entre facções de interesse, de princípio e de afeição” (HUME, 2003, p. 45). Destarte, dentro do jogo político, os partidos hasteiam os seus estandartes modernos e disputam, como visto anteriormente, dentro de determinados limites, os seus objetivos.

A competição entre grupos revela o conceito pluralista, onde a disputa de interesses permeia as relações de poder. Sendo o pluralismo parte da disputa política, agindo como um dos seus instrumentos de análise. Neste sentido, no neo-institucionalismo, o pluralismo desvenda tanto o papel quanto o próprio agir político dos grupos de interesse (THOMAS, 2004, p. 40).

Desse modo, aqueles que visam o poder devem concorrer entre os seus pares, se tornando políticos profissionais que têm, através da legalidade, a sua razão de Estado. Sobre isso, coloca Weber: “hoje em dia os executores físicos da liderança (política e militar) não são mais os golpes dados com a espada, mas sim prosaicas ondas sonoras e gotas de tinta, isto é, palavras escritas e ditas” (WEBER, 1980, p. 231).

Em relação ao Brasil, fica claro como os políticos profissionais, sejam os de berços

– que vem de gerações de políticos –, como os que ascendem popularmente – associado a uma instituição do qual o seu cargo serve de prelúdio ao seu nome “político”, como também, aqueles que emergem dos mais diferentes meios – tem suas particularidades. Com isso, políticos profissionais deixaram de ser exceção e se tornaram regras.

Em sua formação, os partidos políticos têm seus quadros quando comparados a outros partidos, membros e castas diferentes (SELIGMAN, 1964, p. 618). Com base no estudo de Rodrigues vemos, brevemente, que: “a proporção de professores também é elevada em todos os partidos, especialmente no PT” (RODRIGUES, 2002, p. 33), como também, “O PFL, o PMDB e o PSDB são os partidos que mais têm funcionários públicos: cerca de um quarto de seus parlamentares são provenientes desse setor (excluindo os professores e incluindo os ex-diretores de bancos estatais)” (RODRIGUES, 2002, p. 37).

No campo ideológico, além das universidades, muito dessa força se encontra através da representação dos sindicatos. Estes centros que abrigam diferentes grupos de trabalhadores, tem entre os seus melhores oradores, um perfil representativo, assim:

[...] para as principais lideranças, a organização sindical serve, inicialmente, de via de acesso à atividade política não parlamentar e, posteriormente, de trampolim para a obtenção de algum cargo eletivo, acesso à classe política e, conseqüentemente, abandono da atividade sindical (RODRIGUES, 2002, p. 36).

No recrutamento dos professores, sejam universitários ou escolares, há, notadamente, o uso da capacidade desses profissionais em se tornarem lideranças, como também, criarem novos líderes através de suas habilidades educacionais. No entanto, quando essa classe é convocada existe a premissa de que são indivíduos independentes.

Portanto, nessa inserção há algumas arestas que tornam esses grupos, de certa maneira, dominados pela burocracia dos seus preceptores, decanos, na maior parte dos exemplos. Esses professores se associam de acordo com a sua concepção ideológica, sendo mantidos, de certo modo, sobre controle dos burocratas da educação através do uso da mesma ideologia que os novos recrutados reproduzem (FUKAI; FUKUI, 1992, p. 33).

Com o passar do tempo a ideologia política se torna mais complexa, transformando assim configuração dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Sobre isso, de acordo do que vimos na primeira parte dessa pesquisa, a economia se funde, cada vez mais, com a política formando uma amálgama indissociável. Desse modo, segundo Rodrigues:

[...] são essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político. Por isso, alguns grupos socioeconômicos não apenas são majoritários numericamente como são dominantes no sentido da determinação da política partidária (RODRIGUES, 2002, p. 40).

Para além dos tradicionais partidos políticos, na moderna engenharia política é possível reconhecer diferentes tipos de trampolins que vão além das já reconhecidas instituições. Nos últimos anos, o entretenimento tem se mostrado um poderoso alicerce para os agentes políticos. Dito isto, além de indivíduos associados aos tradicionais veículos de comunicação (rádio, televisão, entre outros), surge uma categoria que está integrada ao mais poderoso instrumento dos últimos anos: a internet.

Esses atores são, em sua maioria, influenciadores digitais. Assim, a adesão cada vez maior de novos membros às redes sociais faz com que esses influenciadores conquistem uma grande autoridade. Com isso, a partir desse trampolim, a chance desses influenciadores alcançarem cargos políticos é crescente. Por outro lado, quando esses atores sociais, os influenciadores, não tentam angariar votos para si mesmos, se tornam instrumento de políticos mais experientes, que visam essa associação para, principalmente, conquistarem os públicos mais jovens.

Ainda nessa esteira, uma nova configuração parece, aos poucos sair das sombras, como é o caso dos partidos parasitas, que nada mais são do que grupos de interesses que financiam jovens políticos jogando o jogo “democrático” por outras vias, onde os seus membros se inserem nos mais diferentes partidos buscando, na verdade, os mesmos resultados para a sua *Alma Mater*.

Com isso, os grupos econômicos, mais do que ideológicos, fazem uso da política através dos mais diferentes espectros, indo desde o campo conservador até o campo progressista, mas sempre visando o retorno financeiro. O *douceur* que era antes, pelo menos em teoria, para transformar as paixões nocivas dos indivíduos em “boas” paixões, se transforma em algo cada vez mais faccioso, onde esses grupos fazem uso da estrutura estatal, através dos partidos políticos, para ganhos privados, privilegiando assim o Leviatã moderno: o mercado.

Em relação ao uso das instituições como órgãos confiáveis, logo, uma espécie de ponte para o público eleitores, citaremos alguns exemplos de personagens conceituais, que participaram da última eleição – 2020 –, disputando as principais capitais do Brasil. Mas, de início, demonstraremos, ainda com base no contexto vigente, que nem sempre as instituições garantem a hegemonia política.

Dentre os seguintes casos, apenas o Delegado Pazolini venceu na cidade de Vitória. Em relação ao segundo turno, o Capitão Wagner (Pros) é vencido por Sarto Nogueira (PDT), como também o Pastor Evangélico Marcelo Crivella (Republicanos), reconhecido usuário do poder temporal, acabou perdendo a disputa para – o ex e agora, novamente, atual prefeito – Eduardo Paes (DEM) por uma grande diferença de votos. (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

Ainda no Rio de Janeiro, no primeiro turno, Crivella conseguiu ir para o segundo turno com Paes vencendo a Delegada Martha Rocha (PDT). Outra agente policial que não conseguiu alcançar o segundo turno foi a Delegada Patrícia (Podemos) que disputou a prefeitura do Recife. Ainda no primeiro turno, a Major Denice (PT) foi vencida por Bruno Reis (DEM) (Tribunal Superior Eleitoral, 2020).

Por outro lado, indivíduos que conseguem ascender aos cargos políticos passam a fazer, sem restrição, uso da estrutura estatal em que estão agora inseridos. Neste sentido, alguns elementos da história se mostram cíclicos porque sempre surgem novas “famílias Borgia”, que, por sua vez, se instauram nas mais diferentes castas políticas.

Desse modo, no campo político, que é cada vez mais disputado, mesmo que não seja através da espada como no período renascentista – como também, outras violências políticas que são tão cruéis quanto –, dispor dos mais diferentes meios parece ser imprescindível.

Os políticos que conseguiram sentar, desde as cadeiras das câmaras dos vereadores até, no caso do Brasil, ao “trono” presidencial, demonstram que é mais do que comprovado que boa parte dos agentes transformam o bem público em privado. Com isso, os que alcançam os cargos públicos mais importantes usufruem, notadamente, de mais poderes, utilizando todos os meios que o Estado pode dispor para si mesmo, como também, para os seus familiares.

Destarte, tais quais as formas negativas de governo apresentadas por Aristóteles, há a transição dicotômica de professores universitários, pastores evangélicos, juízes federais e capitães do exército, entre outros, para cargos de vereadores, prefeitos, governadores e, até mesmo, presidente da república.

Assim, o agente político, da mesma forma que os antigos soberanos, faz uso de todos os instrumentos, dentre eles a religião que é, retoricamente, uma das mais importantes formas de dominação, mesmo que esse indivíduo não seja, de fato, religioso, mas pareça religioso (MAQUIAVEL, 2004, p. 85/86).

Ainda sobre a família Borgia, boa parte dos políticos profissionais que não tem o verdadeiro interesse pelo bem público cria os seus herdeiros para serem verdadeiros príncipes, no caso, políticos profissionais. Assim, como o antigo soberano, o “pai” da nação, envolto nos seus interesses pessoais, irradia os seus súditos (eleitores) com a egolatria de uma estrela de quinta (nenhuma) grandeza.

Por fim, diante das indestrutíveis paixões imanentes aos atores sociais, resta apenas que as instituições, verdadeiramente republicanas, garantam, de fato, acima de tudo e de todos, os princípios isonômicos e às noções de ordem e progresso para onde é realmente preciso: o bem comum.

Referencias

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. Editora Loyola. São Paulo, 1991.

FUKAI, S., & FUKUI, H. Elite Recruitment and Political Leadership. **PS: Political Science & Politics**, 25(1), 25-36, 1992.

HALL, P; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, 58. 2003

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. J.P. Monteiro e M.B.N. da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os Pensadores).

HUME, D. Ensaios políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2003

MAQUIAVEL, Nicolau, **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. 3a ed. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SELIGMAN, Lester G. "Elite Recruitment and Political Development." **The Journal of Politics**, vol. 26, no. 3, 1964, pp. 612–626.

THOMAS, Clive. General Theories of Interest Group Activity: Pluralism, Corporatism, NeoMarxism, and Other Explanations. In Clive Thomas. **Research Guide to U.S. and International Interest Groups**. Praeger Publishers: Westport – USA, 2004.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos. In **Economia e Sociedade**, cap. IX, pp. 517-543. Brasília: Ed. UnB, 1991.

_____. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada.** Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Referências online

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/eleicoes-2020>